

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARIA DE LOURDES DA SILVA**

**CONTABILIDADE PESSOAL**

**Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas**

**Florianópolis - SC**

**2007**

**MARIA DE LOURDES DA SILVA**

**CONTABILIDADE PESSOAL**

**Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas**

Trabalho de conclusão de curso para a  
obtenção do grau de Bacharel em Ciências  
Contábeis da Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Professor Orientador: **Ernesto Fernando R. Vicente, Dr.**

Florianópolis - SC

2007

**MARIA DE LOURDES DA SILVA**

**CONTABILIDADE PESSOAL**

**Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina em 29 de novembro de 2007, obtendo a nota média de.....atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominados.

---

Prof.<sup>a</sup> Elizete Dahmer Pfitscher, Dra.  
UFSC – Florianópolis  
Coordenadora de Monografia em Exercício

Banca Examinadora:

---

Prof.º Ernesto Fernando R. Vicente, Dr.  
UFSC – Florianópolis  
Professor Orientador

---

Prof.º Marcelo Haendchen Dutra, Msc  
UFSC – Florianópolis  
Membro

---

Prof. Erves Ducati.  
UFSC – Florianópolis  
Membro

*Dedico este trabalho a minha família,  
Principalmente aos meus pais, que  
foram os meus primeiros mestres  
no iniciar de minha caminhada.*

*Uma jornada de mil milhas  
começa sempre com  
um simples passo.*

*Lao-Tsé*

## RESUMO

SILVA, Maria de L. Contabilidade Pessoal, 2007. 50 folhas. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

O tema do trabalho refere-se à necessidade do conhecimento de conceitos contábeis na elaboração de planejamento financeiro pessoal, visando a gestão do patrimônio individual. O objetivo do trabalho é de elaboração de uma “***Proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas***”, onde a pessoa possa encontrar dados que a auxiliem na administração de seu patrimônio, onde possa relacionar seus bens e direitos com suas obrigações a pagar. Para atingir o objetivo proposto foram utilizados estudos exploratórios, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: ***Contabilidade de pessoas físicas, Planejamento individual, Gestão patrimonial.***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me acompanhar durante todo este percurso, iluminando meu caminho e transformando minha força na vontade de vencer.

Aos meus pais, José Francisco e Maria Ana, por sua dedicação e esforço de sempre ter me dado o melhor que puderam na minha educação. Agradeço ao Nildo, Cido, Ana Lucia, João e Adriano meus irmãos, pela força e confiança que sempre atribuíram-me, incentivando a concretizar os meus sonhos. Agradeço em especial a minha mãe pela garra, coragem, exemplo de determinação e perseverança.

Agradeço também com muito amor e carinho ao Adriano, meu marido pela paciência de tantas horas ter ficado só enquanto eu estudava, e por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis. Agradeço a todos os meus mestres, que muito me ensinaram nesta longa caminhada. E por fim ao Professor Ernesto, pela dedicação e por tão bem saber expressar e transmitir seus conhecimentos, os quais contribuíram para a elaboração deste.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Representação gráfica do balanço.....	21
Figura 2 - Equação matemática da situação patrimonial.....	21
Figura 3 - Forma de apresentação da DRE.....	22
Figura 4 - Fluxo de caixa diário.....	23
Figura 5 - Resumo da Entrada de dinheiro no caixa.....	24
Figura 6 - Resumo de Saída de dinheiro do caixa.....	25
Figura 7 - Forma de separação dos gastos.....	28
Figura 8 - Detalhamento de Despesas segundo, Cerbasi.....	29
Figura 9 - Balanço Patrimonial Pessoal.....	30
Figura 10 - Tabela comparativa Ativo e Passivo.....	30
Figura 11 - Controle de Orçamento Familiar.....	32



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Alíquota do IPVA.....	37
Tabela 2 - Tabela Progressiva para o cálculo anual do Imposto de Renda de Pessoa Física para o exercício de 2008, ano-calendário de 2007 .....	38
Tabela 3 - Tabela de contribuição dos segurados empregado, remuneração a partir de 1º de maio de 2005 .....	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	13
<b>1.2.1 Objetivos Gerais .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>14</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	15
<b>1.4.1 Caracterização da pesquisa: tipo de pesquisa.....</b>	<b>15</b>
1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	16
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PESSOAL.....	18
2.2 OBJETIVO PRINCIPAL DA CONTABILIDADE PARA O USUÁRIO.....	18
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO .....	19
2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS UTILIZADAS NA GESTÃO PATRIMONIAL....	20
<b>2.4.1 Balanço Patrimonial.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2 DRE - Demonstrações do Resultado do Exercício.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>23</b>
2.5 PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE AFETAM O CAIXA DE PESSOA FÍSICA .....	23
2.6 RECEITAS E GASTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS.....	25
<b>2.6.1 Receitas .....</b>	<b>25</b>
<b>2.6.2 Desembolsos ou pagamentos nas finanças pessoais.....</b>	<b>25</b>
<b>2.6.3 Gastos fixos ou variáveis .....</b>	<b>26</b>
<b>2.6.4 Gastos financeiros.....</b>	<b>26</b>
2.7 SEPARANDO OS GASTOS POR GRUPOS .....	27
<b>2.7.1 Listagem com separação dos tipos de gastos.....</b>	<b>28</b>
2.8 DEMONSTRAÇÕES UTILIZADAS NA GESTÃO PESSOAL .....	28
<b>2.8.1 Demonstrando o resultado – DRE ou Demonstração de Renda e a despesa .....</b>	<b>29</b>
<b>2.8.2 Balanço Patrimonial – Pessoa física.....</b>	<b>30</b>

<b>3 ORÇAMENTO FAMILIAR.....</b>	<b>31</b>
3.1 MODELO DE CONTROLE: ORÇAMENTO FAMILIAR MENSAL .....	32
3.2 COMENTÁRIOS APÓS ANÁLISE DO ORÇAMENTO FAMILIAR DE ACORDO COM MACEDO (2007) .....	33
3.3 DICAS PARA MELHORAR SEU ORÇAMENTO PESSOAL.....	33
<b>4 PRINCIPAIS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES QUE SÃO PAGOS PELA PESSOA FÍSICA .....</b>	<b>35</b>
4.1 IMPOSTOS DE PESSOA FÍSICA .....	35
4.2 MECANISMO DE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA .....	38
4.3 CONTRIBUINTES DO IMPOSTO DE RENDA.....	38
4.4 DECLARAÇÃO DO AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA – IR .....	39
4.5 FORMAS DE REMUNERAÇÃO E GANHOS ISENTOS DE TRIBUTAÇÃO.....	40
4.6 PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	40
<b>5 INVESTIMENTOS .....</b>	<b>41</b>
5.1 O PODER DOS JUROS COMPOSTOS EM SEUS INVESTIMENTOS .....	41
5.2 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS.....	41
<b>5.2.1 Fundos de Investimentos.....</b>	<b>42</b>
<b>5.2.2 Caderneta de Poupança .....</b>	<b>43</b>
<b>5.2.3 Mercado Acionário.....</b>	<b>44</b>
<b>5.2.4 Títulos Públicos de Renda Fixa – Tesouro Direto .....</b>	<b>45</b>
5.3 INVESTINDO EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR OU PREVIDÊNCIA PRIVADA .....	46
<b>6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
6.1 CONCLUSÃO.....	49
6.2 RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DA PESQUISA.....	49
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados tópicos da importância de se adotar os conceitos contábeis para a organização e planejamento financeiro pessoal.

“Rico é aquele que recebe mais do que consome;  
pobre é aquele cuja a despesa é maior que a receita.”

LA BRUYÉRE (1645 – 1696)

A vida na sociedade traz a necessidade de trabalhar para alcançarmos ganhos mensais, chamados de salário para quem é empregado, honorários, para quem é profissional liberal, rendimentos para quem vive de sua própria renda etc. Destes ganhos parte é destinado à satisfação de necessidades básicas pessoais e familiares. Dessa forma deve-se atentar para a organização das finanças pessoais, tendo como foco principal, a evolução do Patrimônio Líquido pessoal. O conhecimento sobre como administrar os ganhos é fundamental na evolução deste patrimônio. Para isso é importante conhecer alguns conceitos e métodos relacionados a contabilidade. Segundo Marion (1998, p. 5):

Os primórdios da contabilidade resumem-se praticamente no homem primitivo, contando (inventariando) seu rebanho. O homem cuja natureza é ambiciosa, não se preocupa apenas com a contagem do seu rebanho, mas o que é mais importante - com o crescimento, com a evolução do rebanho, e conseqüentemente com a evolução de sua riqueza. Assim ele faz inventários (contagem) em momentos diferentes e analisa a variação de sua riqueza.

Os conceitos contábeis trazem ferramenta importante na organização de um planejamento financeiro destinados às pessoas físicas. Com objetivo de se ter equilíbrio nas finanças. Para Frankemberg (1999, p. 21): “Administrar o patrimônio e planejar a vida financeira exigem objetivos determinados, perseverança e trabalho constante.”

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A utilização dos conceitos e técnicas contábeis para a administração e controle das finanças pessoais poderá ser utilizado para análise, comparação e tomada de decisões ao longo da vida financeira de uma pessoa.

O presente trabalho monográfico está voltado para uma proposta de contabilização do patrimônio de pessoas físicas, utilizando-se de alguns conceitos e técnicas contábeis. Sabe-se que desde meados do ano de 1994, com a estabilização da moeda através do Plano Real, o brasileiro ganhou a possibilidade de planejar sua vida financeira, por prazos mais longos, como acontece em países desenvolvidos. Para isso deve-se fazer o planejamento para o futuro a curto, médio e longo prazo.

Em um momento em que as relações de trabalho se tornam mais complexas e as mudanças organizacionais acontecem com grande velocidade, a sociedade é desafiada todos os dias a reformular suas idéias e comportamentos para se adaptar aos novos tempos. Devido a tal fato a matéria que diz respeito sobre o assunto de finanças pessoais, a cada dia que passa vem alcançando amplo interesse por parte de pessoas que lutam para adaptar-se a esses novos tempos, educando-se financeiramente, aprender sobre bons hábitos de como economizar, administrar e planejar seu orçamento pessoal é um dos grandes desafios.

Em virtude do tema proposto surge o seguinte questionamento: **Como utilizar os conceitos e técnicas contábeis na gestão do patrimônio individual das pessoas físicas?**

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O desenvolvimento e organização deste trabalho monográfico dependem dos objetivos previamente traçados. Dessa forma serão elencados a seguir os objetivos gerais e específicos para sua consecução:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é desenvolver uma proposta para a contabilização do patrimônio de pessoas físicas, de modo a demonstrar o funcionamento prático das demonstrações contábeis.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Para que seja contemplado o tema proposto, e alcançado o objetivo geral, seguem abaixo os objetivos específicos deste trabalho monográfico:

- Propor um planejamento financeiro com objetivo de controle patrimonial;
- Explicar as demonstrações contábeis com linguagem aplicada à pessoa física;
- Demonstrar as transações que afetam o caixa;
- Estruturar um modelo de orçamento familiar;
- Descrever os impostos e as taxas pagas pela pessoa física;
- Informar as principais opções de investimentos.

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

Tem como justificativa a forma como a contabilidade pode ajudar as pessoas, a organizar sua vida financeira, a busca pela melhor alternativa na sua utilização. Uma análise de dados que possibilite a qualquer pessoa entender e relacionar seus bens e direitos com suas obrigações, e através do planejamento poupar para a evolução do seu patrimônio.

Pois o futuro financeiro não deve ser confiado na sorte, na proteção do governo ou da firma em que trabalhamos. É preciso garantir a sobrevivência futura, com dignidade e conforto. E para isso deve-se aprender adquirindo conhecimentos financeiros, para que se possa quantificar, analisar e equilibrar os ativos, passivos e conseqüentemente o patrimônio líquido pessoal.

## 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Na busca por respostas para os mais variados fenômenos que compõe sua existência, o homem busca criar metodologias específicas para sustentar sua pesquisa, objetivando desenvolver o conhecimento. Para isso utiliza etapas que transforma quase tudo em objetivo de pesquisa: o método de pesquisa, que deverá ser de conhecimento do pesquisador, para que sirva de sustentação, confirmação e aprovação do seu trabalho.

O objetivo geral da metodologia é mostrar os procedimentos e métodos utilizados para elaboração desta pesquisa.

### 1.4.1 Caracterização da pesquisa: tipo de pesquisa

A palavra “*pesquisa*” segundo Aurélio Buarque de Holanda traz os seguintes significados: “1. *Buscar com diligência*; 2. *informar-se a respeito de*; 3. *Empregar meios para se chegar ao conhecimento da verdade.*”

Para se chegar ao conhecimento da verdade se faz necessário a utilização de métodos. Esses métodos aplicados na pesquisa são as ferramentas para se obterem as respostas.

Com a aplicação destes métodos, chega-se a finalização e conclusão deste trabalho com a introdução e aplicação da contabilidade como meio de quantificar o patrimônio de pessoa física.

O plano da pesquisa utilizado para a elaboração e conclusão deste trabalho é baseado em estudos exploratórios. O objetivo deste trabalho é demonstrar conceitos relacionados a finanças pessoais, contabilidade aplicada ao plano pessoal, planejamento financeiro. Estes conhecimentos são importantes para que se possa controlar e gerir o patrimônio pessoal.

Para Lakatos (1999, p. 87) pesquisa exploratória:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno – para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar conceitos.

Com base nos estudos exploratórios utilizados para o desenvolvimento e conclusão do trabalho, é adotado um procedimento de pesquisa bibliográfica, por ter como embasamento e fundamentação teórica, livros publicados sobre o tema proposto.

Sobre pesquisa bibliográfica: Cervo e Bervian (1983, p. 55 *apud* BEUREN, 2003, p. 86):

Explica um problema partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa, pois utiliza fontes de conhecimento existentes para a elaboração do presente trabalho, não empregando nenhum instrumento estatístico na elaboração do mesmo. Para Oliveira (2000), “o método qualitativo é considerado como o método mais exploratório que auxilia na pesquisa científica, ele mensura as categorias e atributos da pesquisa.” Sobre metodologia qualitativa Beuren (2003, p. 92):

Na contabilidade, é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa. Cabe lembrar que apesar de a contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica o uso de uma abordagem qualitativa.

## 1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para que o objetivo geral e objetivos específicos sejam alcançados, é importante a determinação dos limites da pesquisa. Assim sendo, o presente trabalho monográfico visa a elaboração de uma proposta para contabilização do patrimônio de pessoal, demonstrando seu aspecto operacional.

Dessa forma o campo de pesquisa fica limitado ao patrimônio de pessoas físicas. Esta limitação torna-se necessária haja vista a aplicação da contabilidade tratada tradicionalmente em pessoas jurídicas para pessoas físicas. No tocante ao aspecto operacional são abordados aspectos que versam acerca das demonstrações contábeis abrangendo seus métodos e alguns conceitos.



Em relação à parte contábil, objetivando dar foco ao trabalho monográfico, serão contemplados conceitos e métodos com as principais demonstrações contábeis. Tal limitação se justifica pelo fato do objetivo do trabalho monográfico ser o de abordar os procedimentos técnicos e teóricos para contabilidade de pessoas físicas.

## 1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No primeiro capítulo, são apresentadas considerações iniciais sobre a importância do conhecimento introdutório de contabilidade para posterior mensuração e contabilização do patrimônio pessoal, com o objetivo de controle deste. O tema do trabalho refere-se a contabilização do patrimônio pessoal controle e gestão, tendo como base o conhecimento e utilização de conceitos e métodos contábeis. O objetivo do trabalho é a elaboração de uma proposta para contabilização, que possa ser usado por quaisquer pessoas que desejem estabelecer controle sobre suas finanças. Neste capítulo também é abordado a metodologia de pesquisa aplicada para confecção do presente trabalho.

O segundo capítulo indica a fundamentação teórica que serve de sustentação para a elaboração do referido Planejamento Financeiro, dividida em cinco partes. Na primeira parte são abordados tópicos que definem conceitos e demonstrações de contabilidade. No capítulo três, é evidenciado o item do orçamento familiar, principal ferramenta de controle patrimonial. No quarto capítulo apresentam-se os principais impostos pagos por pessoas físicas. E por último, no quinto capítulo fala-se dos investimentos para aumento do patrimônio pessoal. E finalmente no sexto capítulo são apresentadas às considerações finais e as referências utilizadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados temas acerca da contabilidade pessoal, planejamento financeiro, demonstrações contábeis utilizadas na gestão pessoal, transações que afetam o caixa da pessoa física, desembolso nas finanças pessoais.

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PESSOAL

Contabilidade pessoal é a organização financeira do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa. Estas informações são usadas para o controle e gestão das finanças pessoais. Essas operações envolvem os registros das aquisições de bens e direitos, obrigações contraídas, como todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa. Na contabilidade bens e direitos são denominados “*Ativos*”, enquanto que as obrigações chamam-se “*Passivos*”. E a diferença entre ativo e passivo se chama de “*Patrimônio Líquido*.” A importância da contabilidade para pessoa física se deve ao fato, que a mesma visa fornecer informações sobre a situação financeira com base nos fatos ocorridos no patrimônio, coletando dados e proporcionando a oportunidade da administração da sua própria vida financeira, observando possibilidades de economias extras de recursos, para futuros investimentos.

### 2.2 OBJETIVO PRINCIPAL DA CONTABILIDADE PARA O USUÁRIO

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade ou pessoa física. Para Marion (1998, p .27):

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão.

O objetivo principal é o de permitir a cada grupo de usuário, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade ou do patrimônio pessoal, num sentido estático, bem

como fazer inferências sobre suas tendências futuras. De acordo com Iudicibus, Martins, Gelbecke (2000, p. 59), conceitua-se usuário, “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal, entidade empresa, ente de finalidade não lucrativa ou mesmo *patrimônio familiar*.”

Pode se notar, dessa forma, que a contabilidade também se presta a atender às pessoas em geral que tenham interesse na administração de seu patrimônio, fornecendo informações que sirva de fundamento no desenvolvimento de uma contabilidade pessoal.

### 2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A Gestão financeira pessoal ou planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos, e a tarefa para atingi-la não é simples, por causa dos inúmeros imprevistos e incertezas da vida. E por outros fatores que ocorrem para que, ao final da caminhada, apenas poucos indivíduos tenham conseguido alcançar o objetivo: a tranquilidade e segurança financeira.

Tranquilidade econômico-financeira é uma expressão bastante subjetiva, que traduz o estado de satisfação de uma pessoa ao alcançar um objetivo por ela mesma definido como o montante suficiente para manter um determinado padrão de vida. Conceitos como riqueza, conforto, qualidade de vida, bem-estar, sucesso, renda, fortuna, etc. definem a mesma idéia. Conscientemente, o indivíduo estabelece uma linha de conduta financeira que gostaria de seguir e os principais objetivos que almeja alcançar. (FRANKEMBERG, 1999, p. 31).

Para Macedo, (2007, p. 26), “o Planejamento Financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal, permite que você controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida”. Também segundo autor, Planejar possibilita que você assuma as rédeas de sua vida e guie-a para o caminho que mais o agrada, para isto inclui:

- Programação de Orçamento;
- Racionalização de Gastos; e
- Otimização de Investimentos.

O planejamento consiste na orientação, direção e controle que uma pessoa necessita para alcançar seus objetivos. Embora o planejamento tenha características básicas, não há um modelo pré-definido para sua aplicação, pois cada indivíduo tem um comportamento diferenciado. A importância de se adotar um planejamento está no auxílio às tomadas de decisões, permitindo concentração no objetivo principal definido.

Quando as pessoas são conscientes e determinadas, fica mais fácil para planejar e seguir uma conduta, o que aumenta suas probabilidades de concretizar esse objetivo. Para otimizar o processo de planejamento o indivíduo precisa traçar as metas que pretende atingir, ou seja, aonde ele deseja chegar. Isto não significa que, depois de definidas, as metas não sofram alterações. Faz parte do planejamento, realizar revisões periódicas de preferência, pelo menos uma vez por ano, de modo a analisar e confirmar se certos desembolsos são realmente necessários ou se deveriam ser eliminados. Pois administrar finanças pessoais não difere de gerenciar o caixa de uma empresa, mudam apenas a proporção e a complexidade.

## 2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS UTILIZADAS NA GESTÃO PATRIMONIAL

As demonstrações contábeis são relatórios emitidos por entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, e também pelo governo. São elaboradas no fim de cada exercício social as Demonstrações contábeis. Registradas nos órgãos competentes devem estar à disposição do Fisco sempre que solicitado. Mesmo não sendo obrigatório por lei, a elaboração de demonstrações contábeis, utilizados no gerenciamento das finanças pessoais são importantes para o planejamento e posterior tomada de decisão. Devem ser confeccionadas de forma clara e objetiva, de fácil entendimento, de acordo com cada pessoa.

### 2.4.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a representação da situação patrimonial, financeira e econômica do patrimônio de um ente ou entidade. Registra o valor dos bens, direitos e obrigações, registradas de acordo com a sua liquidez, como também a situação líquida do

mesmo num determinado período. O balanço patrimonial é constituído de duas colunas, conforme a figura 1, a coluna do lado direito denominado passivo e patrimônio líquido e a coluna do lado esquerdo denominada ativo. Segundo Iudicibus, Martins e Gelbecke (2000, p. 34) “O ativo compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos. O passivo compreende as exigibilidades e obrigações. E o patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa”. Para Silva e Tristão (2000, p. 215) “o ativo corresponde todos os recursos (bens e direitos) que poderão gerar riquezas para a entidade”.

### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO
-------	---------------------------------

Figura 1 - Representação gráfica do balanço  
Fonte: Silva e Tristão (2000, p. 215)

Tratando-se de gestão pessoal, o ativo representa as aplicações de recursos feitas pela pessoa física em bens de capital duráveis, ou seja, o conjunto de todos os seus bens e direitos ex.: automóveis, imóveis, eletrodomésticos, jóias etc.; e investimentos ou aplicações financeiras: ações, títulos públicos, cadernetas de poupança, etc., como também suas disponibilidades dinheiro, contas bancárias, valores a receber, etc.

No passivo as exigibilidades e obrigações representam as dívidas contraídas no patrimônio pessoal. Estas obrigações indicam a captação de recursos com terceiros: empréstimos e financiamentos para capital de giro e aquisição de bens. Já a diferença dos bens menos as dívidas de uma pessoa representa a situação líquida desta, num determinado período, ou seja, o seu patrimônio líquido, também chamado de sua riqueza. Portanto quanto mais ativos e menos dívidas a pessoa tiver, mas rica será.

Então:

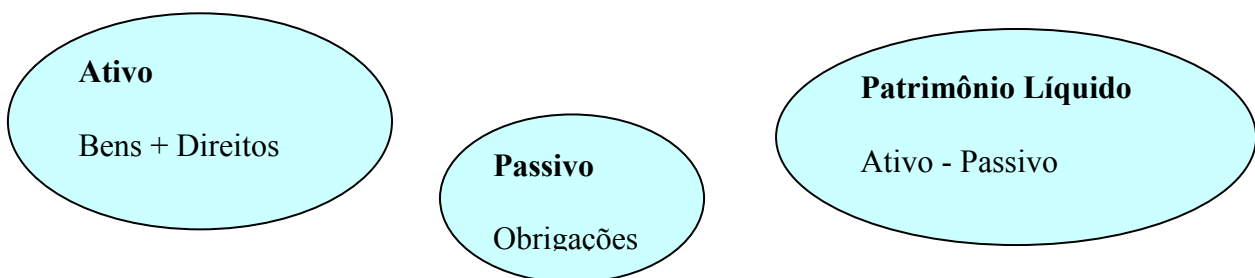


Figura 2 - Equação matemática da situação patrimonial

## 2.4.2 DRE - Demonstrações do Resultado do Exercício

De acordo com Silva, Tristão (2000 p.213) “a Demonstração do Resultado do Exercício é a representação em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante um período de tempo, de forma a destacar o lucro líquido do período”.

Para Marion (1998, p.86), “No final do exercício social a contabilidade confronta receita x despesas para apurar o resultado do período: lucro ou prejuízo. O resultado acresce no caso de lucro ou reduz no caso de prejuízo, o patrimônio líquido.” A Receita corresponde em geral, as vendas de mercadorias ou Prestação de Serviços. Ela aparece e é refletida no Balanço através da entrada de dinheiro no Caixa: Receita a Vista, ou entrada de dinheiro na forma de Direitos a Receber: Receita a Prazo, Duplicatas a Receber.

DRE é um relatório separado com o objetivo de apurar e representar um resumo ordenado de toda receita e despesas, oferecendo uma análise mais objetiva das contas de resultado (Receitas e despesas), facilitando assim a tomada de decisão.

Nas finanças pessoais esse relatório apresenta os valores monetários, todos os ganhos ou rendimentos e pagamentos ou desembolsos envolvidos. As receitas são todos os recebimentos ganhos pela pessoa física como: salários, ganhos de capital, rendimentos de aplicações financeiras, aluguéis recebidos, pró-labore, etc. Os desembolsos, são todos os pagamentos, como: alimentação, vestuários, lazer, transporte, água, energia elétrica, impostos, telefone, internet, manutenção de bens duráveis, etc. O resultado desta demonstração nos mostrará o lucro, somente se o resultado for positivo, ou seja, a *receita maior* do que os *desembolsos*. E prejuízo se o resultado for negativo, ou seja, a *receita menor* do que os desembolsos, em um determinado período.

### DRE – Demonstração de Rendas e Despesas

Receita de Salários, etc.
(-) Desembolsos ou Pagamentos
<hr/>
(=) Resultado

Figura 3 - Forma de apresentação da DRE

### 2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração é indispensável na gestão e controle de qualquer organização ou empresa, Conforme Marion (1998, p. 380): “A demonstração do fluxo de caixa é um relatório que ainda não é exigido por Lei, é de grande utilidade interna na entidade”. Nas finanças pessoais também é importante ferramenta na administração do patrimônio pessoal. É nesta demonstração que são apresentados todos os recebimentos e pagamentos efetuados em um determinado período, e ainda o Resultado do fluxo financeiro, sendo um controle de todas as entradas e saídas de dinheiro do patrimônio pessoal.

Fluxo de caixa	Data	Valor
Saldo inicial		
<b>ENTRADAS</b>		
Salário		
Demais Recebimentos		
Total da Entrada		
<b>SAÍDAS</b>		
Fixos		
Variáveis		
Financeiros		

Figura 4 - Fluxo de caixa diário

## 2.5 PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE AFETAM O CAIXA DE PESSOA FÍSICA

### a) Transações que aumenta o Caixa (Disponível)

- Recebimento de Salário ou Pró Labore: São os recebimentos frutos de seu trabalho, geralmente são recebidos mensalmente;

- Venda de Itens de seu Ativo: Conforme Marion (1998, p. 382) “Embora não seja comum, a empresa vender item do Ativo Fixo. Neste caso temos uma entrada de recurso financeiro”. O mesmo acontece com a pessoa física na venda de um de seus ativos, que pode ser imóveis, automóveis, jóias, etc.;
- Empréstimos bancários e Financiamentos: Para Marion (1998, p. 382) “São recursos financeiros das Instituições Financeiras. Normalmente os empréstimos bancários são utilizados como Capital de Giro, e os financiamentos para aquisição de Ativo Permanente.” No caso de pessoa física um exemplo é o financiamento para aquisição de automóveis, imóveis, etc.;
- Outras Entradas: Juros recebidos através de aplicações financeiras, poupanças, aluguéis, indenizações de seguros, dividendos caso seja sócio de empresas, ou ganho em aplicações em ações.

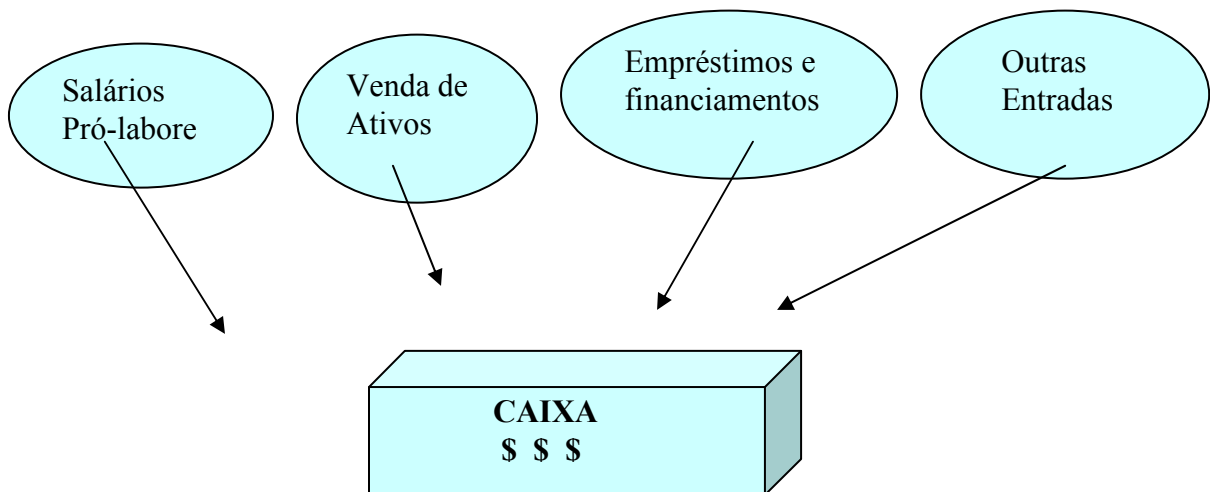


Figura 5 - Resumo da Entrada de dinheiro no caixa  
Fonte: Adaptada de Marion (1998).

#### b) Transações que diminuem o Caixa da Pessoa Física

- Desembolsos: Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço;
- Pagamentos de Juros: Geralmente se refere a aquisição de financiamentos para compra de bens do ativo;
- Aquisição de Item do Ativo: Compra de automóveis, imóveis, jóias, etc.



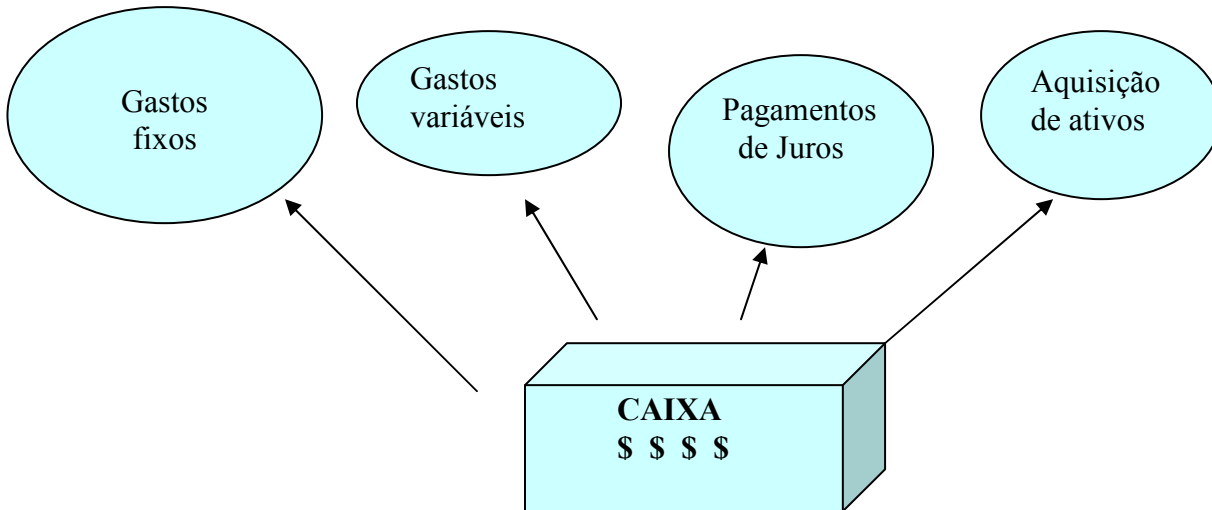


Figura 6 - Resumo de Saída de dinheiro do caixa  
 Fonte: Adaptada de Marion (1998).

## 2.6 RECEITAS E DESEMBOLSOS NAS FINANÇAS PESSOAIS

A seguir serão abordados tópicos que apresentam as formas de entrada das receitas e saída das mesmas do caixa das pessoas.

### 2.6.1 RECEITAS

A receita corresponde, em geral a venda de mercadorias ou prestação de serviços no caso de empresas. Ela aparece no Balanço através de entrada de dinheiro no caixa ou em forma de direitos a receber – duplicatas a receber. Neste trabalho será chamado de “recebimento” todos as receitas no patrimônio de pessoas físicas, a receita das pessoas físicas geralmente é proveniente de salários, venda de algum bem, ou renda de investimentos.

### 2.6.2 Desembolsos ou pagamentos nas finanças pessoais

Para Martins, (2000, p. 25), *Gastos* “é o sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega

de ativos normalmente dinheiro”. Este conceito se aplica a todos os bens e serviços adquiridos.

*De acordo com Martins, (2000, p.25), “Despesa é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas”.*

Martins (2000, p 25), ” Custo é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”. Para finanças pessoais o conceito de despesas e custos não são apropriados para referenciar a saída de dinheiro, considerando que não há a produção de bens ou serviços, e nem desembolso de recursos para obtenção de receita, sendo o rendimento proveniente do trabalho da própria pessoa, ou por alguma forma de investimento por ela aplicada. Neste trabalho será chamado de “gasto”, todo pagamento realizado por uma pessoa, salvo na aquisição de ativos e amortização de financiamentos e empréstimos do passivo.

### **2.6.3 Gastos Fixos e Variáveis**

Os *gastos fixos* são freqüentemente, pagamentos de bens e serviços associados às necessidades básicas de uma pessoa usadas no seu dia a dia. Geralmente são de caráter permanente e todos os meses são realizadas e pago. Alguns destes gastos podem ser comuns a todas as pessoas, contudo varia de acordo com a necessidade e o tipo de vida de cada indivíduo.

Os gastos variáveis geralmente envolvem bens e serviços relacionados ao bem estar, conforto, atividades de lazer, status, cultural, etc. Já esses gastos podem não ser constantes, ou seja, não sendo pagos mensalmente.

### **2.6.4 Gastos financeiros**

São gastos representados por todos os pagamentos efetuados pela pessoa física relacionados com operações financeiras como: CPMF, IOF, tarifas bancárias, juros pagos a empréstimos e financiamentos, juros de cheques especial, Impostos e tributos pagos ao governo.

## 2.7 SEPARANDO OS GASTOS POR GRUPOS

Para iniciar o relaciona-se todos os gastos possíveis dividindo-os em categorias, pois a maioria das pessoas consegue lembrar de suas maiores despesas, entretanto poucos conseguem perceber aqueles gastos pequenos, mas diários, que se acumulam até o final do mês. Vejamos a seguir:

- a) **Grupo da Habitação:** prestação da casa ou aluguel, IPTU, seguro residencial, condomínio, água, energia elétrica, gás encanado ou de cozinha, telefone fixo, manutenção da casa;
- b) **Grupo da Alimentação:** gastos com alimentação básica em geral, despesas em supermercado (inclusive produtos de limpeza e higiene pessoal);
- c) **Grupo da Saúde:** assistência médica e odontológica, farmácia, academia de esportes;
- d) **Grupo da Educação:** escola e material didático dos filhos, cursos, seminários, congressos, livros técnicos;
- e) **Grupo do Transporte:** prestação do carro, IPVA, seguro obrigatório, seguro do veículo, combustível, multas, transporte coletivo, estacionamento e manutenção do carro;
- f) **Grupo da Cultura e Lazer:** cinema, teatro, restaurantes, bares, assinatura de revistas, TV a cabo, provedor de acesso à Internet;
- g) **Grupo das Despesas Financeiras:** tarifas bancárias, juros de cheque especial e empréstimos, juros embutidos em financiamentos;
- h) **Grupos dos Diversos:** telefone celular, vestuário e acessórios, empregada doméstica, previdência privada.

Algumas vezes é possível esquecer – se de anotar algumas contas na listagem, mas os itens relacionados já são suficientes para demonstrar como nos enganamos na administração de nossas despesas pessoais. Isso acontece porque estamos habituados a considerar apenas aqueles gastos mais próximos e palpáveis, negligenciando aqueles que têm que ser provisionados, ou seja, que devem ser previstos porque eventualmente ocorrerão. Isso acontece, por exemplo, com medicamentos, multas de trânsito e manutenções.

De todas as contas apresentadas, uma que merece atenção: juros e tarifas bancárias. Pois desde o fim da inflação os Bancos passaram a cobrar por todo e qualquer serviço prestado, tornando-se ao final do mês um gasto, que em longo prazo se tornará caro.

### 2.7.1 Listagem com separação dos tipos de gastos

<b>Gastos Fixos</b>	<b>Gastos Variáveis</b>	<b>Gastos Financeiros</b>
Alimentação	Alimentação	Tarifas bancárias:
Vestuário	Cinema, Teatro	CPMF – IOF
Educação	Cuidados Pessoais	Juros de empréstimos
Aluguel	Presentes	Juros de financiamentos
Água, Luz	Locadoras	Juros de cheque especial
Telefone	Viagens	Impostos
Energ. Elétrica	Academia	
Etc		

Figura 7 - Forma de separação dos gastos

## 2.8 DEMONSTRAÇÕES UTILIZADAS NA GESTÃO PESSOAL

Algumas demonstrações utilizadas em contabilidade podem perfeitamente ser utilizadas na contabilização do patrimônio pessoal, algumas com pequenas modificações, assim é possível se perceber para onde está indo o dinheiro. E a partir da análise dessas demonstrações poder-se-á estabelecer metas com clareza e precisão.

### 2.8.1 Demonstração do resultado – DRE ou Demonstração de Renda e Gastos

Nas finanças pessoais esse relatório apresenta em valores monetários, todos os rendimentos e gastos envolvidos. É também nesta demonstração que está expresso o valor do resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo), em um determinado período.

<b>RECEITAS</b> Salários Aluguéis Demais rendas <b>TOTAL DE RECEITAS</b>
<b>GASTOS FIXOS</b> Plano de Saúde (médico e Odontológico) Pagamento de Aluguel, condomínio, e IPTU Cuidados Pessoais (cabelo, unha, depilação etc) Faxineira Supermercado, padaria, feira Roupas e calçados Diversão Tarifas Bancárias Escolas <b>TOTAL DOS GASTOS FIXOS</b>
<b>GASTOS VARIÁVEIS</b> Manutenção, seguros e impostos de veículos Contas de água, luz, telefones, gás. Combustível do carro Outras despesas variáveis <b>TOTAL DOS GASTOS VARIÁVEIS</b>
<b>GASTOS FINANCEIROS</b> Tarifas bancárias (IOF,CPMF) Juros de empréstimos, Juros de financiamentos, Juros de cheque especial <b>TOTAL DE GASTOS FINANCEIROS</b>
<b>= LUCRO OU PREJUÍZO</b>

Figura 8 - Detalhamento de Despesas segundo, Cerbasi  
 Fonte: Adaptada de Cerbasi (2005).

## 2.8.2 Balanço Patrimonial – Pessoa física

Tabela com duas colunas com a lista de todos os ativos e passivos, onde o Patrimônio Líquido será a diferença do Ativo subtraído do Passivo:

ATIVOS		PASSIVOS	
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>CURTO PRAZO</b>	
<b>Bens</b>		<b>Gastos fixos, variáveis e Financeiros</b>	
Dinheiro vivo	R\$.....	Cheque especial	R\$.....
Conta-corrente	R\$.....	Cartão de crédito	R\$.....
Valores a receber	R\$.....	Empréstimo bancário	R\$.....
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>LONGO PRAZO</b>	
Caderneta de poupança		Financiamento imobiliário	R\$.....
Fundos de Investimentos	R\$.....	Financiamento do carro	R\$.....
Ações e Participações empresas	R\$.....		
Tesouro direto	R\$.....		
Plano de previdência	R\$.....		
Imóveis	R\$.....		
<b>IMOBILIZADO</b>			
Imóveis (residencial)	R\$.....	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$.....</b>
Veículos (carro, moto, lancha)	R\$.....		
Equipamentos	R\$.....		
Móveis e utensílios	R\$.....		
Eletrodomésticos	R\$.....		
Casa de praia	R\$.....	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO PESSOAL</b>	<b>R\$.....</b>
Sítio	R\$.....	(O quanto eu tenho de fato)	R\$.....
Outros imóveis	R\$.....	(Ativo – Passivo)	R\$.....
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$.....</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$.....</b>

Figura 9 - Balanço Patrimonial Pessoal  
Fonte: Adaptada de Macedo (2007).

<b>ATIVO</b>	<b>-</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>=</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Meus bens e direitos	-	Minhas dívidas	=	O que sobrou
R\$.....		R\$.....		R\$.....

Figura 10 - Tabela comparativa Ativo e Passivo  
Fonte: Adaptada de Macedo (2007, p. 30).

### 3 ORÇAMENTO FAMILIAR

Segundo Macedo (2007, p. 34), “Após realizar o levantamento de patrimônio, a próxima etapa é descobrir para onde vai seu dinheiro”. Para isso o autor indica a elaboração de um orçamento familiar, que é um plano de gastos e poupança.

“Organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são seus hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros e poupe para investir em você.” (MACEDO, 2007, p. 34).

O orçamento, como instrumento auxiliar na administração de finanças pessoais, fornece direção e instruções para a execução do planejamento, permite a comparação entre o que foi planejado e o que foi realizado, possibilitando assim um maior controle da situação financeira.

A elaboração do Orçamento dentro de um modelo para gestão financeira permite se estimar as entradas e as saídas do caixa e conseqüentemente poder avaliar os saldos finais. Sendo possível efetuar as correções necessárias, ajustando as faltas ou aplicando os rendimentos extras.

Para começar um orçamento, deve-se descobrir primeiro o valor total da renda, depois faz-se uma estimativa dos gastos, discriminando os gastos que se tem todos os meses. Pose-se dividir também os gastos por categorias como moradia, alimentação, transportes, educação, saúde etc. Dessa forma fica mais prático de se chegar ao levantamento dos saldos finais. A partir dessas informações a pessoa poderá avaliar a proporção, em percentual dos gastos em relação aos recebimentos. Os saldos positivos indicam que os rendimentos são suficientes para o pagamento de todos os gastos existentes. Contudo, quando apresenta um saldo negativo, deve-se ficar atento e descobrir qual a categoria de gastos que poderá ser melhor economizada para se chegar ao saldo positivo ao final do mês. Estas informações são relevantes para a gestão pessoal, pois a partir destas se buscam alternativas de otimizar os rendimentos e priorizar o pagamento dos gastos no orçamento pessoal.

Este orçamento deverá ser elaborado todos os meses servindo de comparação dos valores no decorrer dos meses. A figura 11 representa um modelo de orçamento familiar mensal.

### 3.1 MODELO DE CONTROLE: ORÇAMENTO FAMILIAR MENSAL

Através deste orçamento tem-se um modelo detalhado por categorias de gastos, facilitando assim o controle de cada gasto mês a mês.

<b>RECEITAS</b>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Salários	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Receitas extraordinárias	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Subtotal	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>GASTOS</b>	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Aluguel / Impostos	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Condomínio/prestação da casa	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Conta de luz, água, gás	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Telefone/celular	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Consertos/Manutenção	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>ALIMENTAÇÃO</b>				
Supermercado				
Feira				
<b>TRANSPORTE</b>				
Prestação				
Combustíveis/estacionamento				
Impostos	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Ônibus/metrô/trem	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>SAÚDE</b>	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Plano de saúde	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Médicos/dentistas				
Farmácias				
<b>EDUCAÇÃO</b>	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Mensalidades escolares	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Cursos extras – Idiomas/computação	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>LAZER / INFORMAÇÃO</b>				
Programas culturais / academia				
Jornais e revistas	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Tv por assinatura	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>OUTROS GASTOS</b>				
Vestuário				
Cuidados pessoais	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>RESERVA PARA GASTOS FUTUROS</b>	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
Impostos.	R\$	R\$	R\$	R\$
Escola	R\$	R\$	R\$	R\$
Viagens	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....
<b>SALDO</b> (Receita total – Gastos totais)	R\$.....	R\$.....	R\$.....	R\$.....

Figura 11 - Controle de Orçamento Familiar  
Fonte: adaptado de Macedo (2007).



### 3.2 COMENTÁRIOS APÓS ANÁLISE DO ORÇAMENTO FAMILIAR DE ACORDO COM MACEDO (2007)

Depois de detalhar todo seu orçamento, conforme figura 11, é hora de calcular a diferença entre receitas e gastos e veja qual das três situações segundo Macedo (2007, p.36) uma pessoa pode se encontrar:

**Sinal Verde:** *Receitas maiores que Despesas*

Aproveite para investir o dinheiro que sobra ao final do mês, você precisa investir bem o seu dinheiro.

**Sinal Amarelo:** *Receitas iguais a Despesas*

Conforme o autor recomenda, fique atento: Procure formas de fazer sobrar e comece a rever seu orçamento.

**Sinal Vermelho:** *Receitas menores que Despesas*

Macedo (2007, p. 36), chama a atenção, pois para ele quem está nessa situação precisa tomar medidas urgentes para deixar de pagar juros e sair do vermelho.

### 3.3 DICAS PARA MELHORAR SEU ORÇAMENTO PESSOAL

De acordo com Silva (2004, p. 66) “compare o valor das despesas com as receitas e verifique o saldo final. Quando houver sobras deve-se aplicar no mercado financeiro. Caso a conta esteja zerada, comece a enxugar e controlar seus gastos de modo que venham garantir sobras para seus investimentos.” Conforme segue:

- Corte as despesas que são a gordura de seu orçamento;
- Economize nas contas que fazem parte do seu dia a dia;
- Renegocie e elimine pequenas dívidas;
- Verifique a real necessidade de mais um cartão de crédito, e troque por um, com anuidade mais baixa;

- Verifique a necessidade de ter mais de uma conta bancária;
- Sempre que for adquirir algum bem, pergunte-se: realmente preciso?
- Não gaste mais do que ganha;
- Procure pagar as dívidas do cheque especial antes de entrar em novos financiamentos, e jamais incorpore o limite do cheque especial em sua renda. E não o utilize para pagar débitos de outros financiamentos;
- Procure pagar suas contas no vencimento;
- Faça reuniões periódicas com seus filhos, conscientizando-os sobre a correta relação com o dinheiro.

Conforme Silva (2004, p. 65), “deve-se ter paciência e enxugar os gastos de uma maneira que não perca a motivação de continuar o trabalho de educação financeira, realizar os ajustes paulatinamente, gastando menos sem ser muito rígido, apenas se disciplinando.” Se existir uma dívida que esteja incomodando muito, deve-se esgotar todas as alternativas para eliminá-la, como fazer um resgate de uma aplicação financeira, vender um bem de propriedade da família, e muitas vezes partir para uma renegociação, que seja boa para ambas as partes.

## 4 PRINCIPAIS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES QUE SÃO PAGOS PELA PESSOA FÍSICA

Estes tributos (impostos, taxas e contribuições), afetam o orçamento pessoal, pois alguns deles são pagos anualmente, outros mensalmente. No orçamento mensal as pessoas físicas devem estar preparadas para o pagamento dos mesmos, incidentes sobre os seus bens ou sobre sua renda. Neste capítulo serão abordados alguns destes, também é bom lembrar que estas tributações estão sujeitas a mudanças, freqüentemente as leis estão sendo alteradas e convém estar sempre se atualizando sobre a legislação tributária. Segue a relação de alguns destes tributos de forma resumida.

### 4.1 IMPOSTOS DE PESSOA FÍSICA

Os tributos estão embutidos em todos os bens, e serviços consumidos pela população, pois as empresas repassam o valor dos impostos, taxas e contribuições para o consumidor final. Além disso a legislação brasileira exige a cobrança de tributos federais, estaduais e municipais, que tem como base de cálculo os rendimentos e também sobre alguns bens de propriedade da pessoa física. De acordo com Silva (2004, p.111):

**Imposto** É o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. A característica do imposto é que ele é cobrado de modo coativo e independente de uma contraprestação imediata e direta do Estado. **Taxa** é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestando ao contribuinte ou posto a sua disposição. Assim a taxa ao contrário do imposto, corresponde a uma contraprestação imediata e direta do Estado. **Contribuição de melhoria** é o tributo que tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Conforme Frankenberg (1999, p. 187), “os impostos cobrados, muitas vezes são mascarados sob a nomenclatura de taxas, impostos, tributos, contribuições sociais etc. Alguns desses impostos são recolhidos pelos municípios, outros pelos Estados, e existem aqueles chamados de Federais.” Esses tributos estão embutidos em todos os bens e serviços consumidos pela população. Sendo repassado para o consumidor final, através das indústrias, nas quais são cobrados taxas altas de carga tributária pelo governo. É interessante ficar de olho na legislação tributária, pois freqüentemente a lei esta sendo alterada.

### Imposto sobre propriedade territorial rural – IPTR:

Esse imposto incide sobre propriedades rurais que o contribuinte possua e que tenham uma extensão mínima definida por lei. É arrecadado através dos formulários DIAC (Documento de Informação e atualização cadastral) e DIAT (Documento de informação e Apuração do ITR). Existe ainda, para as propriedades exploradas com lucro apurado, o imposto de atividade rural, que deve ser declarado no formulário de ajuste anual de pessoa física. (FRANKENBERG, 1999, p. 193).

### Imposto predial e territorial urbano – IPTU

O IPTU é o imposto que incide sobre propriedade de imóveis e casas nos centros urbanos. De acordo com artigo nº. 224 (BRASIL, 1997), consideram-se zonas urbanas, aquelas que existem abastecimento de água, redes de iluminação pública, calçamento e sistema de esgoto sanitário. É de competência do município, com pagamento anual, e pode ser pago o IPTU em parcela única com direito a desconto, ou parcelado mensalmente. O valor a ser pago é estipulado por cada município, que adotam critérios de acordo com a realidade de cada um deles e de seus contribuintes. O IPTU abrange todos os tipos de imóveis, sendo, portanto um imposto pago por todos.

### Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA

O IPVA é o tributo incidente sobre a propriedade de veículo automotores de qualquer espécie. A pessoa passa a ter a obrigação de pagamento deste imposto a partir do momento em que adquiriu o mesmo. O pagamento deste tributo é feito anualmente. Este imposto foi instituído e regulado pela Lei nº. 7.543, de 30.12.1998, O IPVA é pago proporcionalmente ao número de restantes do exercício fiscal, contando a partir do mês de sua aquisição. O valor a ser pago pelo proprietário é calculado de acordo com aplicação de alíquotas, dependendo do tipo de veículo, aplicado sobre a base de cálculo, ou seja, o valor de mercado deste ou de sua nota fiscal no caso de ser veículo novo, no momento de sua aquisição. Nos demais casos as alíquotas são estipuladas pelo Governo Estadual. Os valores são pagos para os Estados no qual os veículos estão registrados, licenciados, ou emplacados no caso de automóveis.

Tabela 1- Alíquota do IPVA

VEÍCULO	ALÍQUOTA
Terrestres de passeios e utilitários (nacionais e estrangeiros)	2,0%
Terrestre de duas rodas e transporte de carga e/ou passageiros Coletivos (nacionais ou estrangeiros)	1,0%
Embarcações de qualquer tipo	1,0%
Aeronaves de qualquer tipo	0,5%

Fonte: Lei nº. 7.543, de 30 de dezembro de 1988.

#### Impostos sobre operações financeiras - IOF

Certas transações financeiras exigem que o contribuinte pague impostos sobre operações financeiras no mercado financeiro, câmbio e seguro. “Na contabilização geral dos custos, esse imposto deverá ser levado em consideração. Desde 01.08.1999 incide IOF decrescente sobre aplicações financeiras de fundos de investimentos com aplicação inferior a 30 dias.” (FRANKEMBERG, 1999, p.192). Também de acordo com Silva (2004, p. 120), “o IOF incide sobre o ganho da aplicação de fundos de renda fixa com liquidez diária de acordo com uma tabela regressiva, até o 29º dia da aplicação, estando isento a partir do 30º dia.” Este imposto possui legislação complexa, apresenta alíquotas diferenciadas dependendo do tipo de operação de crédito.

#### Contribuição provisória sobre movimentação financeira – CPMF

“Conhecido como imposto do cheque, foi criado originalmente para suplementar o orçamento do Ministério da Saúde, incide sobre todas as movimentações financeiras efetuadas nos bancos por pessoas físicas e jurídicas no país.” Começou com 0,20% e hoje já é 0,38% sobre as movimentações financeiras bancárias. (FRANKENBERG, 1999, p. 194). É a contribuição federal que é cobrado sobre todo o dinheiro que sai de uma conta corrente, não importando o motivo da retirada, seja para pagar uma conta, seja para fazer um investimento.

#### Imposto retido na fonte

“A legislação prevê que incide imposto de renda retido unicamente na fonte sobre algumas transações feitas no mercado de capitais e acionários. Geralmente é esse o único

imposto que incide sobre a transação, não sendo preciso novamente ser oferecida para uma tributação complementar na declaração de ajuste anual. (porém deve ser declarado na parte destinada a rendimentos unicamente retidos na fonte.” (FRANKENBERG, 1999, p.193).

#### 4.2 MECANISMO DE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Todos os cidadãos pessoas físicas vivendo e trabalhando no Brasil devem ser cadastradas e receber um número denominado CPF (Cadastro de Pessoa Física), que os acompanhará por toda vida. Todos os anos esses cidadãos devem preencher um formulário no qual indicam a soma de todas as rendas que obtiveram durante aquele ano, chamadas de rendimentos brutos. Desta soma é feito um cálculo deduzindo alguns valores básicos, tais como dependentes, despesas médicas, hospitalares, gastos com previdência oficial ou complementar. Deduzindo-se esses valores teremos a renda líquida, sobre a qual é incide, ou é calculada o imposto. A alíquota tem sido de 15% ou 27,5% (ver tabela referente ano calendário 2007). Quem obtiver um renda anual líquida tributável abaixo de R\$ 15.764,68 conforme Tabela Progressiva para o cálculo anual do Imposto de Renda de Pessoa Física para o exercício de 2008, ano-calendário de 2007, fica livre de pagar imposto. “Feito os cálculos quem já pagou nas fontes mais do que o devido recebe uma devolução. Quem não pagou o total devido, deverá pagá-lo à vista ou em até 6 parcelas no ano seguinte o valor faltante. Essa diferença é recolhida através dos formulários chamados de DARF.” (FRANKEMBERG, 1999, p.193).

Tabela 2 - Tabela Progressiva para o cálculo anual do Imposto de Renda de Pessoa Física para o exercício de 2008, ano-calendário de 2007

Base de cálculo anual em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do imposto em R\$
Até 15.764,28	-	-
De 15.764,29 até 31.501,44	15,0	2.364,60
Acima de 31.501,44	27,5	6.302,28

Fonte: Decreto nº. 3.000 de 26 de março de 1999. (RIR/99).

#### 4.3 CONTRIBUINTES DO IMPOSTO DE RENDA

De acordo com o artigo 2º (BRASIL, Decreto nº. 3.000 - RIR/99), são contribuintes do Imposto de Renda as pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, com disponibilidade econômica, ou proventos de qualquer natureza, rendimentos e ganhos de capital.

#### 4.4 DECLARAÇÃO DO AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA – IR

O imposto de renda de pessoa física é a forma de arrecadação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Todos os anos, os cidadãos têm o dever de preencher este formulário, e de acordo com as receitas obtidas, através do trabalho remunerado, autônomo, assalariado, empresário, e ainda em função dos lucros obtidos em transações financeiras, pagam um imposto sobre a totalidade de suas rendas.

#### 4.5 FORMAS DE REMUNERAÇÃO E GANHOS ISENTOS DE TRIBUTAÇÃO

Conforme artigo nº. 39 (BRASIL, Decreto nº. 3.000 – RIR/99), não entraram no computo do *rendimento bruto*\*. São rendimentos chamados de não-tributáveis, conforme segue:

- |  |  |
|--|--|
| - Amortizações de ações  | - Lucros e dividendos distribuídos       |
| - Aviso prévio, indenizações trabalhistas e FGTS.  | - Pensionistas com doença grave          |
| - Bolsas de estudo   | - Pensões á maiores de 65 anos           |
| - Contribuições patronais para programa de previdência privada   | - PIS e PASEP                            |
| - Correção de custos de bens devido a correção monetária;  | - Rendimentos de aluguéis                |
| - Décimo Terceiro salário  | - Rendimentos de caderneta de poupança;  |
| - Doações e heranças;  | - Resgate de previdência privada         |
| - Ganho de capital na alienação do único imóvel até R\$ 400.000,00 e que não tenha efetuado outra operação nos últimos cinco anos; | - Salário família                        |
| - Ganhos de capital na alienação de bens de pequeno valor até R\$ 20.000,00 no mês;  | - Seguros de previdência privada         |
| - Indenizações a objetos segurados   | - Indenizações por acidentes de trabalho |

- Indenizações de acidentes de trabalho
- Indenizações decorrentes de acidente de trabalho
- Letras hipotecárias

É importante verificar sobre alterações na *legislação do imposto de renda*, incluindo ou excluído algumas das fontes de renda mencionadas acima.

#### 4.6 PREVIDENCIA SOCIAL

O governo federal garante um rendimento às pessoas aposentadas e incapacitadas para o trabalho, desde que estas contribuam mensalmente, descontando uma percentagem de seu salário, caso seja empregada, ou contribua de forma autônoma, caso não tenha vínculo empregatício. De acordo com o artigo 3º da Portaria MPS nº. 822 de 01 de maio de 2005, os limites mínimos e máximos para a contribuição ao INSS são de R\$ 300,00 e R\$ 2.668,15, respectivamente.

Tabela 3 - Tabela de contribuição dos segurados empregado, remuneração a partir de 1º de maio de 2005

<b>Salário-de-contribuição</b>	<b>Alíquota para fins de recolhimento</b>
até 800,45	7,65%
de 800,46 até 900,00	8,65%
de 900,01 até 1.334,07	9,00%
de 1.334,08 até 2.668,15	11,00%

Fonte: Portaria MPS Nº. 822, de 11 de maio de 2005.



## 5 INVESTIMENTOS

São aplicações de recursos em ativos com objetivo de gerar algum tipo de retorno financeiro para o investidor, ou seja, o proprietário dos recursos. Podem apresentar liquidez imediata, isto é, resgate da aplicação a qualquer momento, como é o caso das cadernetas de poupança, ou não, Existem várias formas de investimentos em nosso país. Neste capítulo serão apresentadas algumas opções de investimentos que podem ser utilizadas pelas pessoas físicas, são elas: Produtos de renda fixa, produtos de renda variável, caderneta de poupança, ações, tesouro direto, previdência privada.

### 5.1 O PODER DOS JUROS COMPOSTOS EM SEUS INVESTIMENTOS

Para que se obtenha êxito com o aumento do seu Patrimônio, através dos juros compostos, deve-se começar a investir o quanto antes. O valor dos juros é crescente e incide sobre o capital corrigido mensalmente. Segundo Silva (2004, p. 73):

É interessante quando trabalhado para você, ou seja, em seus investimentos. Quando utilizado contra você, seja na aquisição de bem ou na forma de empréstimos, é uma poderosa ferramenta para corroer seu patrimônio. Como exemplo, quando se paga só o mínimo do cartão de crédito o saldo começa a ficar tão grande, que muitas vezes torna-se impagável.

### 5.2 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

#### **Produtos de Renda fixa**

São aqueles que oferecem rendimentos (taxas de juros) pré-fixados ou conhecido antecipadamente, e por isso não apresentam nenhuma surpresa negativa para o investidor, Para Frankenberg (2000, p. 135), “essa modalidade de aplicação é muito difundida em nosso país e contempla investidores com pouco capital, que se consideram conservadores, e que não desejam correr muitos riscos.”

#### **Mercado aberto ou open market**

É o rendimento que proporciona o dinheiro que se encontra na conta corrente por pouco tempo, e que, a qualquer momento pode ser sacado. É feito pelo próprio banco com a permissão do cliente que faz a transferência para o fundo. É de interesse do próprio banco fazer a aplicação do dinheiro parado na conta corrente do cliente, pois segundo Frankenberg,

(2000, p. 136) “não será parcial e compulsoriamente retirado de circulação a favor do Banco Central, de acordo com a legislação vigente.”

### **Certificado de depósito bancário – CDB**

São emitidos apenas pelos bancos comerciais, de investimentos e múltiplos. Gozam de grande confiança entre os investidores. Por serem emitidos apenas por bancos dá maior segurança a seus investidores. Essa confiança decorre do fato de o Banco Central exigir dos bancos um capital mais elevado, os bancos, em contrapartida exigem uma maior aplicação mínima. Os CDB são títulos nominativos que podem ser recomprados antes do prazo final pelos próprios bancos ou endossados para terceiros. Em geral são emitidos nos prazos de 30,60 e 90 dias.

### **Recibos de depósito – RDB**

São idênticos ao CDB, com a diferença que não são recomprados pelos bancos antes do prazo indicado para o vencimento.

### **Letras de câmbio**

São emitidos pela sociedade de crédito, financiamento e investimento, servem à captação de recursos junto ao mercado financeiro para financiar para o consumidor final as compras de eletrodoméstico, automóveis e outros bens de pequeno porte. As letras de câmbio também tem muita tradição em nosso país como aplicação de capital. Seguem regras semelhantes ao do CDB.

## **5.2.1 Fundos de Investimentos**

### **Fundo de renda fixa**

São administrados por bancos de investimentos e bancos comerciais, mas também podem ser administrados pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento, e possuem uma grande liquidez. A rentabilidade de acordo com os diversos tipos de títulos que o banco coloca nestes fundos. Para o investidor segundo Frankenberg (2000, p. 137) “o importante é conhecer a estratégia do fundo em que vai colocar seu dinheiro e concordar com ela. O investidor deve estar ciente que também existe também a retenção de imposto de renda

na fonte, que pode variar de 10% a 20% sobre o ganho bruto alcançado.” É interessante conhecer o ganho líquido, após o desconto do imposto de renda e compara-lo á inflação do período, para saber se você lucrou ou não. Também deve levar em consideração o IOF e O CPMF que descontam os principais atrativos desse fundo, caso você precise resgatar o dinheiro em menos de trinta dias.

### **Fundos de Renda Variável**

São uma espécie de condomínio ou cooperativa, para o qual um grupo de pessoas entra aplicando individualmente uma certa importância. O fundo por sua vez aplica o dinheiro recebido de seus condomínios em ações de empresas de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores. A administração do fundo é feita por uma corretora de Títulos e valores mobiliários ou banco de investimentos. Os lucros ou prejuízo são divididos proporcionalmente entre os quotistas. O grande mérito dos fundos de renda variável é pulverizar o capital, e conseqüentemente diminuir o risco intrínseco de colocar o dinheiro em apenas uma empresa. Exemplificando: Caso um investidor coloque R\$ 5.000,00 num fundo de ações, cuja carteira é constituída de 25 empresas, estará investindo R\$ 200,00 em cada uma delas. “Mesmo que uma delas tenha sua falência decretada, o prejuízo não terá maiores conseqüências para o investidor, que ainda poderá ter lucro com as outras 24 empresas restantes.” (FRANKENBERG, p. 149).

### **5.2.2 Caderneta de Poupança**

Caderneta de poupança é a mais tradicional forma de investimentos de recursos em *renda fixa*, é a mais conservadora forma de investimento, é usada pela maioria das pessoas. Apresenta o menor risco de liquidez imediata, e também é isenta de imposto de renda e CPMF. Mesmo tendo um baixo rendimento, inspira segurança a quem aplicou. Oferece uma rentabilidade média de 0,5% ao mês, mais a variação da TR (Taxa Referencial).

Renda Fixa: É um fundo prefixado que contém um conjunto de títulos prefixados que, do dia para a noite, passam a valer menos se houvesse um aumento nas taxas de juros nos novos títulos emitidos pelo Tesouro. Se você é cotista de um fundo como este, você perde. Mas quando o Banco Central reduz as taxas de juros, o movimento oposto acontece, assim se houver uma tendência de queda nas taxas de juros, o movimento oposto acontece. Assim se houver uma tendência de queda nas taxas de juros, os fundos de renda fixa pré-fixados são mais atraentes. (HALFELD, 2007, p. 45).

Principais atributos da caderneta de poupança: Liquidez e Renda

*Liquidez:* De acordo com Frankenberg (2000 p. 141) “mantendo o dinheiro na conta, ela rende tradicionalmente 6% ao ano (linearmente) ou 6,17% (juro composto), baseado na taxa de 0,5% ao mês, sendo o rendimento creditado a cada trinta dias.” Podendo resgatar o dinheiro investido total ou parcial, a qualquer momento perdendo o rendimento do mês iniciado apenas na quantia retirada. A caderneta de poupança é oferecida pela maioria de nossos bancos múltiplos que tem carteiras imobiliárias.

*Renda:* A principal forma de remuneração da caderneta de poupança são os juros. Atualmente a correção monetária que mede a desvalorização da nossa moeda. Antes dos juros serem calculados ao mês, aplica-se a correção da TR ao capital anteriormente existente, para depois acrescentar o juros de 0,5%.

Produto de Renda Variável

O órgão normativo e regulador do mercado de valores mobiliários são a CMV, Comissão de Valores Mobiliários. São as bolsas de valores que implementam as negociações com as ações, por intermédio das Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários. “Entre os principais produtos de renda variável encontram-se as ações das empresas de capital aberto e os fundos mútuos integrados por essas mesmas ações. Os fundos mútuos de ações são administrados por bancos de investimentos ou Sociedade Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários.” (FRANKENBEG 2000, p. 142).

### **5.2.3 Mercado Acionário**

O mercado acionário pode ser considerado como um dos alicerces de uma nação, no qual se assenta uma parte fundamental de sua economia, de suas finanças e de seu desenvolvimento comercial e industrial. “O aspecto democrático das bolsas de valores, onde se pode livremente comprar e vender ações faz com que algumas pessoas, que não conhecem os mecanismos da negociação, pensem que os mesmos são imensos cassinos. Esse conceito é absolutamente errôneo.” (FRANKENBERG, 2000, p. 143).

### Ações

Ação é um pedaço do capital de uma empresa. Uma empresa que necessite de um capital social de R\$ 100 milhões pode dividir esta cifra em 20 milhões de ações ao valor de R\$ 5,00 cada e vende-las para as pessoas que ela não conhece. O instrumento para a venda é a bolsa de valores, onde são negociadas as ações das empresas. As pessoas que acreditam no futuro da empresa podem comprar as ações, entregando o seu dinheiro para que a organização invista nos seus negócios. A vantagem das ações é que existe um *\*mercado\_secundário* para elas, isto é, se algum tempo depois de adquirir as ações você quiser revendê-las, basta se dirigir a bolsa de valores e fazer a oferta. Na bolsa há pessoas em situação inversa à sua, aqueles que querem comprar ações da mesma empresa... “O possuidor de ações tem dois rendimentos advindos delas: os dividendos, representando a parte do lucro que a empresa distribui aos seus acionistas, e o ganho com a elevação do preço da ação. No longo prazo, o investimento em ações tem sido um bom negócio.” (MARTINS, 2004, p. 80).

“Investir em ações pode ser um investimento interessante desde que você tenha consciência de que é o único responsável pelo desempenho de seus investimentos”. (SILVA, 2004, p. 83).

### 5.2.5 Títulos Públicos de Renda Fixa – Tesouro Direto

Em 2003 o governo brasileiro começou a fazer propaganda de um tipo de investimento chamado de “*Tesouro Direto*”, pela qual a pessoa pode adquirir títulos públicos federais fora de fundos de investimentos administrados pelos bancos, ou seja, pode comprar o título público diretamente, ficando livre da taxa de administração que os bancos cobram nos fundos. Quem usar uma corretora pagará taxas para cobrir os serviços de corretagem: mas são custos pequenos. É uma opção segura, de boa rentabilidade, e alta liquidez. (MARTINS, 2004, p. 76).

O Tesouro Nacional ([www.tesourodireto.gov.br](http://www.tesourodireto.gov.br)) oferece aos brasileiros a possibilidade de comprar títulos públicos federais, historicamente os títulos públicos do governo brasileiro sempre foram honrados, e representam um investimento de baixíssimo risco. No Brasil tem sido normais taxas acima de 10% ao ano, já descontado a inflação.

**Segurança, Rentabilidade, Liquidez:**

Quando um banco faz uma operação de empréstimo a uma empresa, ou pessoa física ele pede garantias reais, que podem ser a hipoteca do imóvel do cliente, o penhor de mercadorias ou caução de duplicatas mercantis. O banco quer ter a certeza que se a empresa quebrar, a garantia dada no contrato sirva para pagar o empréstimo, ou no caso de pessoa física, se a pessoa tem poder de pagamento, caso fique desempregada ou algum imprevisto em suas vida. Por isso é importante ficar atento e entender o significado destas três palavras no processo de investimento.

**Segurança:**

As garantias reais são um fator de segurança da operação financeira.

**Rentabilidade:**

É outra palavra obrigatória sobre toda decisão de investimento financeiro. Ela diz respeito aos ganhos de capital (juros e dividendos) que fluirão para o bolso do investidor.

**Liquidez:**

Diz respeito à capacidade de transformação do ativo em moeda. (MARTINS, 2004).

Há uma correlação inversa entre segurança e rentabilidade: Quanto mais segura a aplicação, menor a taxa de juros paga: quanto menos segura e mais arriscada a aplicação, maior a taxa de juros. Há um princípio econômico que pode ser traduzido da seguinte forma: Máxima segurança = mínima de ganho ou prejuízo; Máximo de risco= máximo de ganho ou prejuízo. (MARTINS, 2004, p. 86).

### 5.3 INVESTINDO EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR OU PREVIDÊNCIA PRIVADA

Um plano de previdência privada é uma reserva financeira formada por depósitos mensal feitos pela pessoa, e que serão aplicados por uma instituição financeira, cujos rendimentos são incorporados sobre o capital, para garantir a renda na aposentadoria, conforme o prazo escolhido pela pessoa. Ao se aposentar tem-se uma reserva, que poderá sacar de várias formas: Uma renda vitalícia, uma renda temporária ou um saque único.

Quando uma empresa compra uma máquina, ela sabe que um dia terá de substituir por outra máquina nova e mais moderna. Por isso durante a “vida útil” da máquina a empresa vai calculando o seu desgaste, que é incluído no custo do produto, e vai formando uma reserva como “fundo de depreciação”, usado para adquirir a máquina nova. (MARTINS, 2004, p. 82).

Todo ser humano fica velho, mais cansado, vulnerável a doenças. E precisa preocupar-se desde cedo em garantir uma renda para a sua aposentadoria, ou para quando a pessoa decidir reduzir o ritmo do trabalho, a previdência complementar existe para isso. Conforme Martins (2004, p. 83), “a previdência estatal prevê, que é compulsória provê um pequeno pecúlio aos aposentados, mas também alerta que não dá para confiar no governo nem na certeza de manutenção dos valores reais de aposentadoria pública.” O melhor é prevenir, fazendo seu plano de previdência privada.

Quanto aos benefícios, segue os tipos de planos de Previdência de acordo com Halfeld (2007, p. 107):

- *Benefício definido*: O valor que você vai receber no futuro, é definido agora, independentemente do resultado obtido pelo administrador da previdência. Representa menos riscos para o contribuinte e mais riscos para o administrador;
- *Contribuição definida*: O que é pago hoje é definido, o que se receberá no futuro não está combinado, tudo depende da competência do administrador em gerenciar bem sua poupança.

De acordo com Martins, (2004, p. 84) há três modalidades principais de aplicações dos recursos depositados no plano de previdência:

- Fundos Soberanos ou PGBL Soberanos - Nestes os recursos são aplicados integralmente em títulos públicos federais de renda fixa. Ou seja, o governo brasileiro é o tomador do seu dinheiro, de forma que você tem a garantia do Tesouro Nacional. Esses fundos por sua vez sabem quanto vão ganhar em rendimentos, pois a taxa de juros dos títulos do governo é fixada. É uma aplicação de baixo risco e renda conhecida.
- Fundos mistos de renda fixa ou PGBL de renda fixa - Estes fundos aplicam seus recursos em títulos públicos e títulos privados de renda fixa. O que muda em relação aos fundos soberanos é que aqui há título privado, como debêntures de empresas. Quanto a renda ela continua fixa, e, portanto conhecida. Os riscos são mais altos,

mas se o seu fundo adquirir títulos de empresas conhecidas, lucrativas e sólidas, as chances de perda de capital serão pequenas.

- Fundos compostos ou PGBL compostos - São fundos que misturam aplicações em títulos públicos e títulos privados de renda fixa, com aplicações em ativos de renda variável. Esses fundos podem aplicar até 49% dos seus recursos no mercado de ações. Esse fundo corre os riscos do sobe e desce do preço das ações, tudo depende do perfil do investidor, se ele realmente está de acordo com a tolerância aos riscos.



## **6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste item são apresentadas as conclusões retiradas sobre o tema proposto e o objetivo almejado. São ainda apresentadas considerações finais de acordo com o que foi analisado neste trabalho.

### **6.1 CONCLUSÃO**

A partir deste estudo vimos como a contabilidade com seus conceitos e demonstrativos servem de ferramenta na elaboração de planejamentos financeiros e orçamentos pessoais, informando, quantificando, analisando, comparando, ajudando na tomada de decisão pessoal. A carência de informações relacionadas a esta matéria, onde a própria contabilidade demonstra deficiência, apresentando poucas bibliografias, foi o principal motivo da elaboração deste trabalho. Sua proposta foi de como utilizar os conceitos contábeis na gestão do patrimônio individual da pessoas físicas, elaborando demonstrações que possibilitem a quaisquer pessoas entender e relacionar seus bens, direitos e obrigações, aprendendo a planejar e poupando para o crescimento de seu patrimônio. Também conhecendo os gastos com os principais impostos pagos, e ao final conhecendo forma de investimentos de seus recursos.

### **6.2 RECOMENDAÇÕES PARA A CONTINUIDADE DA PESQUISA**

O tema relativo a finanças pessoais, é um assunto de interesse das pessoas que buscam conhecimento de como administrar o seu patrimônio. Dessa forma recomenda-se nesta área a continuidade de um estudo mais detalhado e aprofundado sobre o Imposto de Renda incidente sobre o patrimônio das pessoas físicas.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo, Atlas, 2003.

BRASIL. **Decreto nº.3.000** de 26 de março de 1999. Regulamento do imposto de renda (RIR/99). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 01/10/2007.

BRASIL. **Portaria MPS nº 822**, de 11 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 15/10/2007.

BRASIL, Lei nº. 7.543, de 30 de dezembro de 1998, disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br>. Acesso em 15/10/2007.

CERBASI, Gustavo P. **Dinheiro, o segredo de quem tem:** Como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Gente, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** Academia Brasileira de Letras: Nova Fronteira, 1977.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável:** como planejar suas finanças pessoais para toda a vida. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

HALFELD, Mauro. **Como administrar melhor o seu dinheiro.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicáveis às demais sociedades. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACEDO, Jurandir Sell Jr. **A árvore do dinheiro:** Guia para cultivar sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. TESOURO NACIONAL. Site Oficial. Disponível em <http://www.tesourodireto.gov.br>. Acesso em 25/10/2007.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa**: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: Ltr, 2000.

SILVA, Eduardo Dias. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio e Janeiro: Qualitymark, 2004.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Sergio Augusto; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

